

LETRAMENTO E INCLUSÃO: RELATO DE UM PROFESSOR SOBRE UM MÉTODO DE ALFABETIZAÇÃO PARA ALUNOS SURDOS

Izabelly Correia dos SANTOS

Daniele Siqueira VERAS

(Universidade Católica de Pernambuco)

RESUMO: a partir da década 90, no mundo todo se difundiu com força a defesa de uma política educacional de inclusão. Essas políticas propunham maior respeito e socialização efetiva destes grupos considerando, dentre outros, a comunidade surda. Uma rede municipal do estado de Pernambuco tem utilizado o programa Alfa e Beto que objetiva a alfabetização de crianças das séries iniciais através do método metafônico. Então o presente trabalho se dedica à análise das concepções de um professor, participante dessa experiência sobre o emprego desse programa especialmente se tratarmos de alunos surdos. Nesse sentido foi realizada uma entrevista, esses dados foram gravados e tratados qualitativamente, após leitura e transcrição integral do relato do professor. Os resultados mostraram que emprego desse projeto não parece oferecer resultados positivos e segundo o entrevistado não pode atingir bons resultados, pois prioriza um meio que o surdo não possui íntegro.

PALAVRAS – CHAVES: Inclusão. Letramento. Alfa e Beto. Alunos Surdos.

1. Introdução

Vivendo em um mundo globalizado como o nosso nada mais usual que encontrarmos uma diversidade de pessoas não compreendidas pela sociedade. Pessoas diferentes se constituem sempre objeto de admiração, curiosidade, assistencialismo, o que provoca reações em cadeia de todos os segmentos da sociedade. Nesse sentido, podemos falar da inserção de pessoas surdas nas escolas, destacando, neste trabalho, a concepção de um professor participante de um sistema de inclusão escolar sobre o programa Alfa e Beto utilizado numa rede municipal do estado de Pernambuco.

Os conhecimentos sobre inclusão escolar adquirido ao longo dos últimos anos trouxeram novas luzes. Por esse motivo, podemos conceituar esse movimento como um modelo de sociedade, do qual “todos” devem fazer parte, independente da raça, credo e condição social.

A inclusão é uma força cultural para a renovação da escola/sociedade, mas para que ela tenha sucesso, ambas devem tornar-se comunidades conscientes. Sem esse sentido de comunidade, os esforços para alcançar resultados expressivos são inoperantes (FERREIRA, 2004). Desse modo, percebemos a transformação desse foco que altera o padrão de vida até então adotado.

Este movimento retrata o impacto da diversidade de pessoas que frequentam a sociedade, e, nesse sentido, vale ressaltar um tema que se destaca na atualidade (QUADROS, 1997). Atualmente uma grande demanda de alunos surdos tem frequentado a escola, sugerindo a partir de então alguns questionamentos: como estes alunos estão sendo alfabetizados? Contam com a presença do intérprete dentro da sala de aula? Quais as dificuldades enfrentadas pelo professor?

2. Fundamentação teórica

Escola para todos é um princípio preconizado em vários encontros e documentos internacionais: a Convenção dos Direitos das Nações Unidas (1989); a Conferência Mundia

sobre Educação para Todos, realizados em Jontien-Tailândia (1998), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção de Guatemala (1999).

Apesar de todos esses movimentos, a permanência e a efetiva aprendizagem de alunos considerados diferentes ainda configuram grande problema no âmbito escolar, sendo, portanto, enorme desafio para a educação promover uma política de inclusão educacional, que fomenta o acesso e a permanência desses alunos, assegurando a qualidade no ensino. Nesse sentido, torna-se necessário as escolas se organizem para atender a todos os alunos sem nenhum tipo de discriminação e que valorizem a diferenciação como um fator de enriquecimento do processo educacional (FIGUEIREDO, 2002).

Para que a escola se torne efetivamente inclusiva, porém faz-se necessário que o ensino tradicional deverá ser substituído por uma pedagogia de atenção à diversidade. Isso envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas de uma maneira geral, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

Pensando na comunidade surda, a surdez é vista pela sociedade em geral como uma incapacidade auditiva que acarreta dificuldades na recepção, percepção e reconhecimento de sons, ocorrendo em diferentes graus, do mais leve (que interfere na aquisição da fala, mas não impede o indivíduo de se comunicar por meio da linguagem oral), ao mais profundo (que pode impedir o indivíduo de adquirir a linguagem oral) (SILVA; PEREIRA; ZANOLLI, 2007).

A Organização das Nações Unidas (ONU) estima que 1,5% da população mundial possuem deficiência auditiva (CORDE, 1996). No Brasil, dos 34,5 milhões de deficientes brasileiros, 5,7 milhões têm deficiência auditiva (IBGE, 2006), um número bastante significativo em termos de saúde pública, uma vez que, se estas crianças não receberem um atendimento adequado e desenvolverem uma competência lingüística, terão sérios problemas para constituírem-se como sujeitos ativos e participantes de uma sociedade.

Os surdos constituem-se em comunidades, compartilhando as mesmas línguas-expressadas por meio da modalidade visual-gestual, as línguas de sinais apresentam uma organização semelhante à observada nas línguas orais- valores culturais, hábitos e modos de socialização próprios. Assim, conseguem interagir cotidianamente em um processo comunicativo eficaz e eficiente. Por ser privado da audição, o Português Lhe é apresentado como código, às palavras são convertidas em sinais, e as regras oferecidas através de paradigmas rígidos. O resultado tem sido a produção de uma fala morta, sem uso, “fria”. (SOUZA, 2007)

Algumas obras nos informam o trajeto histórico que a Educação Especial percorreu diversos momentos, no que diz respeito às formas de atendimento desta população. Em suas origens, teria se orientado pelos princípios de segregação e confinamento. Em um segundo momento houve uma mudança no olhar, passando-se a perceber que as pessoas que recebem apoio da Educação Especial, possuíam capacidades, embora inspirasse cuidados e proteção (GOLDFELD, 1997). Em um último momento, no final do século XX, além do reconhecimento das capacidades houve o reconhecimento dos direitos dessas pessoas, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nela está proclamada a educação para todos indistintamente, independente de suas origens, credo e condições sociais.

Assim, a inclusão do aluno surdo no sistema regular de ensino é entendida como um processo resultante da evolução histórica da Educação Especial, calcada nos direitos humanos. Encontramos na legislação do Brasil (Constituição Federal/88, LDB 9394/96 entre outras) a integração do educando com necessidades especiais, preferencialmente, no sistema regular de ensino. Essa integração, no entanto, deve ser um processo individual, fazendo-se necessário estabelecer, em cada caso, o momento oportuno para que o aluno comece a freqüentar a classe comum, com possibilidade de êxito.

A inclusão do aluno surdo em classe regular não acontece como num passe de mágica, principalmente no ensino fundamental e médio. É uma conquista que tem que ser feita com muito estudo, trabalho e dedicação de todas as pessoas envolvidas no processo: aluno surdo, família, professores, fonoaudiólogos, psicólogos, assistentes sociais, alunos ouvintes, interprete de língua de sinais, demais elementos da escola, etc. (COSTA, 2008).

Nesse processo de inclusão de alunos surdos, é comum estabelecer uma comparação entre a educação dos alunos ouvintes. No entanto, eles se distinguem tanto no código como na produção lingüística.

Para isso, é necessário que o trabalho de linguagem, tanto em Língua Portuguesa (oral e/ou escrita) quanto na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) se desenvolva desde a educação infantil, de forma a oferecer à criança surda um instrumento lingüístico que a torne capaz de se comunicar e adquirir sua linguagem ao relacionar a experiência que está vivendo com a verbalização e/ou os sinais que ela observa em outra pessoa (alunos ouvintes, interprete, pais, professores, a etc.) (BRASIL, 2002).

Dentro da perspectiva inclusiva, o bilingüismo surgiu como a alternativa mais viável para que processo educacional evolua com êxito. Essa filosofia educacional defende a idéia de que as línguas - de sinais (LIBRAS - Língua de Sinais Brasileira) e a Língua Portuguesa (oral e/ou escrita) sejam ensinadas e usadas sem que uma interfira/prejudique a outra.

A filosofia bilíngüe da educação de surdos recomenda que essa criança adquira a Língua de Sinais como primeira língua, satisfazendo as necessidades comunicativas, emocionais, cognitiva e lingüística do indivíduo, e como segunda, a língua de modalidade oral-auditiva de sua comunidade, no caso do Brasil, o português (GOLDFELD, 2000).

Assim sendo, compete à escola inclusiva garantir a circulação das duas línguas (Libras e língua portuguesa), para oferecerem melhores condições para a aquisição do português, independente das aulas regulares, uma vez que há consenso de que os surdos apresentam, geralmente, certo atraso, no uso dessa língua, pela falta de contato com ela. Além dessa função, ainda cabe à escola inclusiva estudar e possibilitar o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), por todos os elementos da comunidade escolar (COSTA, 2008).

É curioso que tenha ocorrido em um mesmo momento histórico, em sociedades distanciadas tanto geograficamente quanto socioeconomicamente e culturalmente, a necessidade de reconhecer e nomear práticas sociais de leitura e de escrita mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever resultantes, da aprendizagem do sistema de escrita. Assim, é em meados dos anos de 1980 que se dá, simultaneamente, a invenção do letramento no Brasil. (SOARES, 1998)

Nos países desenvolvidos, ou do Primeiro Mundo, as práticas sociais de leitura e de escrita assumem a natureza de problema relevante no contexto da constatação de que a população, embora alfabetizada, não dominava as habilidades de leitura e de escrita necessárias para uma participação efetiva e competente nas práticas sociais e profissionais que envolvem a língua escrita.

O contexto do nosso país nos mostra um movimento se deu, de certa forma, em direção contrária: o despertar para a importância e necessidade de habilidades para o uso competente da leitura e da escrita tem sua origem vinculada à aprendizagem inicial da escrita, desenvolvendo-se basicamente a partir de um questionamento do conceito de alfabetização. Algumas Pesquisas Nacionais por Amostragem de Domicílios (PNAD), pelo critério de anos de escolarização, em função dos quais se caracteriza o nível de *alfabetização funcional* da população. (SOARES, 2003)

Diante desse contexto um município do estado de Pernambuco tem utilizado o programa Alfa e Beto, como método de alfabetização de todos os alunos que frequentam as escolas que compõem a rede. Esse método tem como característica ensinar fazendo com que a criança associe rapidamente letras e fonemas. Ou seja, a criança relaciona o som das letras aos

o seu respectivo código. Esse programa é apresentado como facilitador na aprendizagem dos alunos, pois através dele seria fácil para os alunos segmentar a palavra oral em fonemas pronunciados isoladamente.

3. Desenvolvimento da pesquisa

A pesquisa foi realizada numa escola da rede municipal de ensino do estado de Pernambuco. A referida escola conta com o sistema de inclusão escolar. A população de estudo foi constituída por 1 (um) professor que participa de salas inclusivas.

Salas inclusivas - serviço que se efetiva por meio do trabalho de equipe, abrangendo professores da classe comum e especializados - bilíngues, intérpretes de Libras, para o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos durante no processo de ensino aprendizagem.

Os horários foram indicados em consonância com a coordenação da escola, em ocasiões que não prejudicassem o professor e os alunos na assistência às aulas. Para a realização da pesquisa, apresentamos ao sujeito, no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, os principais itens do projeto, esclarecendo os motivos que nos levaram a indagar sobre a questão da pesquisa. Portanto, todas as dúvidas foram esclarecidas.

As respostas foram transcritas literalmente e, após várias leituras, organizadas de forma a apresentar os principais pontos reveladores das concepções do professor em relação à situação problema da pesquisa, com base nas referências destacadas na fundamentação teórica deste projeto. Seguindo-se a esta fase, os dados foram dispostos em quadros e tabelas, e, imediatamente comentados.

Essa pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). O projeto “Problematizando questões da surdez: o diálogo com os ouvintes e aquisição da 1ª e 2ª línguas” aprovado com o número 225180-FON-032-2007/1-4, foi aprovado e cadastrado em 16/08/2008.

4. Resultados e discussão

A legislação que dá suporte à escola inclusiva no Brasil segue os princípios da Declaração de Salamanca, que apregoa a inclusão de alunos com necessidades especiais, preferencialmente nas escolas das redes regulares de ensino.

Sabemos que, para que a inclusão ocorra, precisam ser asseguradas condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Felix (2008) nos mostra o trabalho extenso atribuído à escola no sentido de prover e prever toda a estrutura necessária à inclusão dos alunos, que abrange: (a) preparar-se, organizar-se e adaptar-se para oferecer educação de qualidade para todos; (b) capacitar seus professores; (c) realizar adaptações curriculares; (d) planejar a integração entre professores, intérpretes de língua de sinais e professores especializados; (e) elaborar tarefas desenvolvidas na sala de recursos; (f) planejar atividades que levem à reflexão e elaboração teórica da educação, etc.

Se considerarmos a dimensão do trabalho a ser realizado para que essa estrutura seja consolidada, chegaremos à conclusão de que somente com a atenção das necessidades acima mencionadas poderemos ter êxito na inserção de todas as pessoas na escola.

O que ressalto é que há um número pequeno de profissionais qualificados, uma estrutura com muitas deficiências para o desenvolvimento dessa tarefa, além de outros aspectos que continuam negligenciados, tais como o desconhecimento da comunidade escolar da Libras, um número reduzido de intérpretes, o que não permite a presença dele nas diversas turmas em todos os horários, etc. Apesar disso, mais e mais alunos com necessidades

especiais continuam se matriculando nas escolas regulares, estejam elas preparadas para recebê-los ou não.

Nesse recorte trazemos a resposta do professor ao ser indagado sobre o programa Alfa e Beto.

Recortes 1: Reposta do professor ao ser indagado sobre o projeto Alfa e Beto para o aluno surdo.

“Esse projeto é muito complexo e pensando no aluno surdo, ele não aprendi nada, pois não escuta. Como é um método fônico, o aluno surdo só pode contar com as figuras que mostram as letras e escrevem elas nas atividades, mas isso não garante sua alfabetização.”

Diante desse discurso percebemos que o professor assume que o método parece na assistir os alunos surdos, na construção do seu conhecimento, pois esse programa ter um caráter repetitivo enfatizando um sentido que os surdos possuem comprometidos. O professor reconhece que apenas escrever as letras nas atividades, não contribui para uma alfabetização eficaz desses alunos. A escola se configura como centro de formação da maioria da população possui uma enorme responsabilidade na execução deste trabalho, pois ela se apresenta como um espaço de desenvolvimento, ensino, aprendizagem e convivência. Entretanto de acordo com o relato acima ela não tem aos seus principais objetivos.

O professor elencou algumas dificuldades encontradas nesse ambiente escolar: a falta de interprete na sala de aula (complicador para aquisição do conhecimento do aluno surdo); a quantidade de alunos na sala de aula e o seu desconhecimento da língua de sinais. Esses pontos apontados pelo professor são os mesmos que Félix (2008) assinalou como primordiais na construção de uma escola inclusiva eficaz. A par disso, é importante a implantação de estruturas de apoio para educadores e educando auxiliando nas questões da surdez, do surdo e da língua sinais, socializando esse conhecimento com a comunidade escolar e com as famílias.

5. Conclusão

A questão da inclusão não é algo que envolve apenas a surdez, mas faz referência a uma reflexão mais ampla da sociedade, buscando aspectos para melhor contribuir com a educação e aprendizagem de todos os alunos. Trata-se de um tema muito debatido atualmente e que busca refletir sobre formas adequadas, ampliando os conhecimentos sobre a realidade cultural do outro, sem restrições ou exigências de adaptação às regras do grupo.

Os resultados indicaram que o emprego do programa alfa e beto não parece apresentar resultados positivos e segundo o entrevistado não pode atingir bons resultados, especialmente se considerarmos que não tem conseguido ajudar a criança na construção do conhecimento pelo seu caráter repetitivo e pouco criativo. Portanto, existem dificuldades que dificilmente serão superadas especialmente se falarmos de alunos surdos que não poderão utilizar a audição como meio principal para a sua aprendizagem.

Nesse contexto ainda percebemos a ausência do intérprete de Libras na sala de aula o que certamente representa mais um elemento complicador para a aquisição do conhecimento. Reconhecemos que esse projeto não parece ter observado a proposta inclusiva e as necessidades do surdo, principalmente pela notificação da utilização de um canal que o surdo não possui íntegro. Sugerimos um repensar sobre o emprego desse e/ou de outros projetos pedagógicos que não levem em conta as necessidades de todos os alunos que participam dos mesmos. A par disso, é importante a implantação de estruturas de apoio para educadores e educando, envolvimento das famílias e de toda a comunidade educacional.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Ensino da língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica**. Brasília: MEC/SEESP, 2002. Volumes 1 e 2.
- CORDE – Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. (1996). *Mídia e Deficiências*: Manual de Estilo.
- COSTA, Karla Patrícia Ramos da. **O texto do intérprete de libras no contexto do bilingüismo e o pretexto da inclusão**. 2008. 107f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco – UNICAP. Pró-reitoria Acadêmica. Curso de Mestrado em Ciências da Linguagem, 2008. Disponível em http://www.unicap.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=216, acessado em 16/03/2009.
- FÉLIX, Ademilde. **Surdos e ouvintes em uma sala de aula inclusiva: interações sociais, representações e construções de identidades** / Ademilde Félix.-- Campinas, SP:[s.n.],2008.Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000437843>, acessado em 15/04/2009.
- FERREIRA, M.R.C. **Aspectos de intervenção na área da educação física escolar e políticas inclusivas**. In: SPROVIERI RIBEIRO e BAUMEL, R.C.R.C (Orgs) Educação Especial: do querer ao fazer. São Paulo: Avercamp, 2004.
- FIGUEIREDO, Rita. Políticas de inclusão: escola gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, Dalva E. Gonçalves & SOUZA< Vaniltin C. **Políticas organizativas e curriculares, educativas e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- GOLDFELD, M. **A criança surda**. São Paulo: Plexus, 1997.
- _____. **Filosofias educacionais no trabalho com surdez** (trabalho apresentado no Congresso da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia), 2000.
- IBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). *Censo demográfico*. Retirado em 03/05/2009 do <http://www.ibge.gov.br/>.
- QUADROS, R.M. **Educação de Suados: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- SILVA, A. B. P.; PERREIRA, M. C. C.; ZANOLLI, M. L. **Mães ouvintes com filhos surdos: concepção de surdez e escolha da modalidade de linguagem**. Psicologia. Teoria e Pesquisa, v. 23, p. 279-286, 2007.
- SOUZA, R. M. “**Língua de Sinais e Língua Majoritária como Produto de Trabalho Discursivo**”. In: *Cadernos Cedes*, ano XIX, no. 46, 1998: 57-67. Psicologia. Teoria e Pesquisa, v. 23, p. 279-286, 2007. Disponível: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010237722007000300006&lng=pt&nml=iso&ylng=pt, acessado em 20/05/2009.
- SOARES, Magda Becker, (1998). **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica.
- _____, (2003). **Alfabetização: a ressignificação do conceito**. *Alfabetização e Cidadania*, nº 16, p 9-17, jul.